

VISÃO DE ALUNOS E PROFESSORES SOBRE MELHORIAS NA EDUCAÇÃO: pesquisa de campo em escolas públicas municipais de uma cidade sul mineira
THE VISION OF STUDENTS AND TEACHERS ABOUT IMPROVEMENTS IN EDUCATION: research in municipal public schools of a city of sul de minas

Fabício Pelloso Piurcosky¹, Guaracy Silva², Nilton dos Santos Portugal²,
Celso Augusto dos Santos Gomes², Sheldon William Silva¹

Resumo

Este trabalho analisa a percepção de alunos e professores de uma cidade sul mineira quanto à educação oferecida e os modelos vigentes. Tal abordagem se faz necessária pelo fato da nota do IDEB no município ter sofrido uma queda desde o censo de 2011. O propósito deste estudo é investigar, a partir da percepção dos alunos e professores, os principais motivos que podem ter provocado os resultados atuais dos testes de proficiência. Este propósito é alcançado a partir da fundamentação teórica e mediante uma pesquisa de campo com alunos da 4ª série/5º ano à 8ª série/9º ano e professores da rede pública municipal de ensino. A análise evidenciou que grande parte dos alunos está interessada em frequentar a escola com a expectativa de uma melhoria de vida e melhores fontes de trabalho. Mostrou também que vários fatores influenciam o processo de ensino aprendizagem: corpo docente, metodologia de ensino, gestão escolar, estrutura física e suporte familiar.

Palavras-chave: Educação. Escola Pública. Ensino-Aprendizagem. Metodologias Ativas.

Abstract

This paper analyzes the perception of students and teachers of a city of Sul de Minas Gerais regarding the education offered and the current models. This approach is necessary because IDEB's grade in the municipality has fallen since the 2011 census. The purpose of this study is to investigate, from the perception of students and teachers, the main reasons that may have caused the current results of the students' proficiency tests. This purpose will be reached from the theoretical basis and through a field research with students from the 4th grade / 5th grade to the 8th grade / 9th grade and teachers from the municipal public school system. The analysis showed that most of the students are interested in attending school with the expectation of a better life and better sources of work. It also showed that several factors influence the process of teaching learning: faculty, teaching methodology, school management, physical structure and family support.

Keywords: Education. Public School. Teaching-Learning. Active Methodologies.

¹ Doutorando, professor e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Gestão e Desenvolvimento Regional do UNIS-MG. — fabricao@unis.edu.br

² Doutor, professor e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Gestão e Desenvolvimento Regional do UNIS-MG.

INTRODUÇÃO

A educação de jovens e crianças tem um papel importante na sociedade. Pode-se discutir a relação da educação no contexto social, explorando a relação entre escola/família, professor/aluno, governo/sociedade. É possível ainda considerar que a educação ocupa um espaço importante na nossa sociedade, como formação individual, cidadã, social e profissional.

Este trabalho analisa a percepção de alunos e professores de uma cidade sul mineira quanto à estrutura educacional oferecida e os modelos de educação vigente. Tal abordagem se faz necessária pelo fato da nota do IDEB no município ter sofrido uma queda desde o censo de 2011. O propósito deste estudo é diagnosticar a situação do ensino público municipal a partir da percepção dos alunos e professores.

Como recurso metodológico, utiliza-se uma pesquisa descritiva, documental e empírica. A partir de uma abordagem quantitativa, pretende-se garantir a precisão do trabalho realizado. A cidade pesquisada é um município situado no sul do Estado de Minas Gerais, com a população estimada em 27.730 habitantes. Foram ouvidos 772 alunos e 133 professores entre os meses de maio e junho de 2017.

O trabalho se encontra estruturado em seis partes incluindo essa introdução. Na segunda e terceira partes abordam-se a discussão sobre educação e formação. Em seguida apresenta-se a metodologia adotada no estudo. Posteriormente, apresentam-se os resultados e discussões e as considerações finais do trabalho.

EDUCAÇÃO: UM DIREITO ASSEGURADO

De acordo com Cury (2002), a educação básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores. A Lei de Diretrizes e Bases - LDBE - nº 9.394 de 20 de Dezembro de 1996, estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Nesse sentido, destaca-se o dever do Estado com educação escolar pública, oferecendo a educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade. A própria Constituição Federal, em seu artigo 211, trata dos direitos e deveres da Nação para com os Estados e Municípios, acerca da educação.

§ 1º A União organizará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, financiará as instituições de ensino públicas federais e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.

§ 2º Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil.

§ 3º Os Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio.

§ 4º Na organização de seus sistemas de ensino, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios definirão formas de colaboração, de modo a assegurar a universalização do ensino obrigatório.

§ 5º A educação básica pública atenderá prioritariamente ao ensino regular. (BRASIL, 2010, p. 1)

Sendo a educação um direito dos cidadãos e obrigação do estado, foi criado pela Emenda Constitucional nº 53/2006 e regulamentado pela Lei nº 11.494/2007 e pelo Decreto nº 6.253/2007, em substituição ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF),

que vigorou de 1998 a 2006, o FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação) formado quase totalmente pelas verbas provenientes dos impostos e transferências do estado.

Com vigência estabelecida para o período 2007-2020, sua implantação começou em 1º de janeiro de 2007, sendo plenamente concluída em 2009, quando o total de alunos matriculados na rede pública foi considerado na distribuição dos recursos e o percentual de contribuição dos estados, Distrito Federal e municípios para a formação do fundo atingiu o patamar de 20%. (BRASIL, 2016, p.1.)

Logo, para que esses repasses sejam feitos aos municípios, alguns fatores são analisados. Segundo dados do MEC (2016, p. 1) “a distribuição é realizada com base no número de alunos da educação básica pública, de acordo com dados do último censo escolar, sendo computados os alunos matriculados nos respectivos âmbitos de atuação prioritária”.

Oliveira e Ganzeli (2013, p. 1043) observam que os fundos incorporam-se à estrutura organizacional do Estado, integrando entes municipais e estadual, conforme o caso, com o federal, na composição, distribuição e controle dos recursos; por outro lado, “a participação dos entes subnacionais é imposta”.

Outro fator de influência são as médias dos testes de proficiência de cada município, culminando nos resultados apresentados pelo IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica). Criado em 2007, o IDEB é uma ferramenta utilizada tanto para medir o nível de ensino aprendizagem quanto para analisar e balizar os repasses financeiros para as cidades e instituições de ensino (FERNANDES, 2009). Então se uma rede pública de ensino apresentar resultados insuficientes, se levado em conta as metas estipuladas, o valor a ser repassado ao município conseqüentemente será maior, com o intuito de que a educação seja melhorada e os resultados positivos. As avaliações são feitas a cada dois anos, e as notas são obtidas através do Censo Escolar e pela média obtida nas avaliações do INEP, SAEB e Prova Brasil.

No ambiente acadêmico há ressalvas sobre a vinculação de transferências de recursos com base em desempenho de escolas ou estudantes. Para Villani e Oliveira (2018), os programas de avaliações nacionais e internacionais usam os dados estatísticos como instrumento de produção de avaliação e informação como elementos objetivos do processo. Assim, desenvolvem uma relação entre estatística e política pública que não é linear.

As notas de proficiência dos países desenvolvidos apresentam uma média de 6 pontos, segundo dados publicados pela OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico). Baseando-se nesses dados, o MEC estabeleceu para o Brasil a mesma média até 2021. O que já indicaria um nível positivo de desempenho. Tendo em vista os resultados atuais e a meta a ser alcançada, buscam-se respostas e propostas para alavancar novamente os resultados obtidos pelo município pesquisado, analisando a percepção dos alunos a partir dos elementos que compõe seu cotidiano educacional.

FORMAÇÃO EDUCACIONAL

Dessen e Polonia (2007) consideram que a escola e a família compartilham funções sociais, políticas e educacionais, responsáveis pela transmissão e construção do conhecimento culturalmente organizado, modificando as formas de funcionamento psicológico, de acordo com as expectativas de cada ambiente. As autoras argumentam que a família é considerada a primeira instituição social que, em conjunto com outras, busca assegurar a continuidade e o bem estar dos seus membros e da coletividade, incluindo a proteção e o bem estar da criança. A escola possui o papel de propiciar recursos psicológicos para a evolução intelectual,

social e cultural do indivíduo e apreensão dos conteúdos acadêmicos e compreensão dos mecanismos envolvidos no funcionamento mental, fundamentais ao processo de aprendizagem.

É importante ressaltar a importância da participação familiar na vida acadêmica dos alunos. Para Sampaio (2015, p. 27) “não é apenas o bom desenvolvimento cognitivo que implica uma boa aprendizagem. Fatores de ordem afetiva e social também influem de forma positiva ou negativa nesta aprendizagem”. Corroborando, López (2009), destaca que a educação deve acontecer, primordialmente, dentro das famílias, sendo os pais os principais responsáveis pela educação dos seus filhos e tal responsabilidade não se pode passar para outrem. Para Nóvoa (2015) a escola também cria um caldo cultural que espraia para fora de si mesma; impregnando as demais esferas da vida social.

Ao contrário do que muitos pensam o papel da escola não é educar, mas transmitir conhecimento, embora algumas acabem por ser responsabilizadas para esta função, esse processo deveria se iniciar do seio da família, com o estabelecimento de regras e imposição de limites, possibilitando que a criança ouça não.

Os pais têm um papel importante no processo de desenvolvimento da autonomia. Se eles encorajarem as iniciativas da criança, elogiarem o sucesso, derem tarefas que não excedam as capacidades da criança, forem coerentes em suas exigências e aceitarem os fracassos, estarão contribuindo para o aparecimento do sentimento de autoconfiança e autoestima (CÓRIA-SABINI, 1998. p. 65).

Outro fator a ser colocado em questão é o interesse ou falta dele por parte dos alunos e professores. Durante o tempo em que o modelo de escola tradicional vigorava, os alunos eram induzidos a memorizar, a obedecer, a se submeter. Leão (1999) destaca que a escola tradicional surgiu a partir do advento dos sistemas nacionais de ensino, que datam do século XIX, que atingiram maior abrangência nas últimas décadas do século XX. As principais características desse modelo eram rigidez e disciplina. O centro do processo era o professor, os alunos não tinham a oportunidade de expor o seu nível de satisfação com os métodos de ensino, porém, com o passar dos anos, novos modelos de escola foram surgindo e os alunos passaram a ter mais visibilidade e credibilidade, tornando-se assim o centro do processo.

Juntamente com a evolução nos modelos educacionais, a escola evoluiu principalmente após a adoção das tecnologias digitais. Gomes, Vasques e Silva (2017) citam várias ferramentas digitais que colaboram para o ensino: os computadores pessoais, câmeras de vídeo e foto, gravação doméstica de CDs e DVDs, cartões de memória, pendrives, telefonia móvel, TV por assinatura, TV a cabo, correio eletrônico (e-mail), listas de discussão (mailing lists), internet, streaming (fluxo contínuo de áudio e vídeo via internet), podcasting (transmissão sob demanda de áudio e vídeo via internet), Wikipédia (enciclopédia colaborativa), captura eletrônica ou digitalização de imagens (scanners), fotografia digital, rádio digital, as tecnologias de acesso remoto (sem fio ou wireless), o Wi-Fi e o Bluetooth, estão entre as principais tecnologias usadas cotidianamente de forma massiva.

Com a rapidez e a facilidade de acesso a qualquer tipo de informação, os professores acabam, por muitas vezes, tendo que disputar atenção com os meios de comunicação. Moran (2007) destaca o desafio de como os educadores podem motivar diferentes alunos, quais dinâmicas utilizar para facilitar a aprendizagem e como avaliar o processo de ensino-aprendizagem além das tradicionais provas. Com o intuito de conquistar a atenção e o interesse dos alunos foram criadas as metodologias ativas que são definidas como “Uma mudança de papéis em que o aluno passa a ser protagonista e o professor vira uma espécie de orientador” (INOVEDUC, 2017, p.1).

METODOLOGIA

O propósito deste estudo é investigar os principais motivos que interferiram nos resultados atuais dos testes de proficiência (IDEB) de um município situado no sul do Estado de Minas Gerais. Com relação aos fins, a pesquisa é descritiva, levando-se em consideração o fato de que a mesma pretende obter e investigar, a partir da opinião de alunos e professores da rede pública municipal de ensino, sua percepção em relação ao rendimento discente e as implicações da interferência familiar e docente no processo de ensino aprendizagem, bem como a importância da infraestrutura no mesmo (VERGARA, 2003).

Quanto aos meios, a presente pesquisa é documental e empírica. De acordo com Richardson (1999, p.85) o pesquisador pode utilizar “como material de estudo qualquer forma de comunicação, usualmente documentos escritos, como livros, periódicos, jornais, mas também, pode recorrer a outras formas de comunicação”.

Quanto à abordagem, a pesquisa é quantitativa. De acordo com Richardson (1999) a pesquisa quantitativa caracteriza-se pelo emprego da quantificação na coleta e tratamentos dos dados, garantir a precisão dos trabalhos realizados, conduzindo a um resultando com poucas chances de distorção. Ainda de acordo com o autor, o método quantitativo é frequentemente aplicado nos estudos descritivos, os quais propõem investigar as características de um fenômeno como tal. Utilizou-se o software SPSS® para realizar a análise dos dados que foram coletados na pesquisa de campo.

Foram aplicados 905 questionários semiestruturados (alunos e professores) em todas as escolas públicas municipais, incluindo urbanas e rurais.

O foco da pesquisa com os alunos abrangeu aqueles que estavam matriculados da 4ª série/5º ano à 8ª série/9º ano totalizando uma população de 1.066 alunos. Aplicou-se um cálculo amostral dessa população, tomando como base um nível de confiança de 95% e uma margem de erro de 2%, o que resultou em uma amostra de 739 alunos. Ao final, foi possível pesquisar 772 alunos, resultando em um número maior que a amostra estabelecida.

Quanto à pesquisa com os professores, buscou-se aplicar o questionário a todos os 133 professores ativos da educação pública municipal naquele momento. Nesse caso, foram pesquisados professores independentemente das séries em que ministravam aula.

A pesquisa foi realizada entre os meses de maio e junho de 2017, por meio de uma visita à escola e abordagem direta com os alunos e professores. Os alunos respondiam ao questionário sem se identificarem e sem a presença do professor em sala. Para os alunos de 4ª série/5º ano, o pesquisador lia as questões e verificava se os mesmos haviam compreendido o sentido da mesma, sem intenção de manipular ou incentivar uma resposta.

Os professores responderam seus questionários em uma sala isolada sem a interferência do pesquisador ou a presença de diretores, coordenadores ou supervisores escolares. Também nesse caso os professores não se identificaram no questionário.

A cidade pesquisada é um município situado no sul do Estado de Minas Gerais, com a população estimada em 27.730 habitantes, contando com nove escolas públicas, sendo cinco urbanas e quatro rurais. Em 2011, os alunos dos anos iniciais da rede pública da cidade tiveram nota média de 5.8 no IDEB, caindo em 2013 para 5,5 e em 2015 para 5,3. Para os alunos dos anos finais, essa nota foi de 5,1 em 2013 para 4.8 em 2015. Na comparação com cidades do mesmo estado, a nota dos alunos dos anos iniciais colocava esta cidade na posição 541 de 853. Considerando a nota dos alunos dos anos finais, a posição passava a 291 de 853.

A taxa de escolarização (para pessoas de 6 a 14 anos) foi de 97.3% em 2010. Isso posicionava o município na posição 520 de 853 dentre as cidades do estado e na posição 3221 de 5570 dentre as cidades do Brasil (IBGE, 2017).

Considerando a importância do estudo, discute-se na próxima seção os resultados alcançados.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ao analisar os dados coletados, o estudo analisa quatro perspectivas: (i) a percepção dos professores em relação aos fatores que dificultam o processo de ensino aprendizagem; (ii) os fatores que melhorariam o desempenho dos alunos, de acordo com os docentes; (iii) o uso e aplicação de metodologias ativas de aprendizagem e, (iv) a motivação, na perspectiva do aluno, que o leva a frequentar a escola, as opiniões sobre o que deveria melhorar na escola e sobre as disciplinas ministradas.

Os professores, quando indagados sobre os fatores que dificultam o processo de ensino aprendizagem dos alunos, argumentam em sua maioria a falta de apoio e a estrutura familiar (65,1%). É possível observar, a partir do questionário aplicado, que apenas 7,2% dos docentes pesquisados citam outras dificuldades, enquanto 4,8% dizem não haver problemas e 2,4% não possuem opinião formada sobre o assunto.

Quadro 1: Fatores que dificultam o processo de ensino – aprendizagem.

Tipo de escola	Frequência	Percentual (%)
Urbana		
Participação familiar	34	41
Apoio familiar	20	24,1
Desinteresse	1	1,2
Desestrutura familiar	2	2,4
Sem opinião	2	2,4
Não há problemas	4	4,8
Conscientização dos pais sobre o processo educacional	2	2,4
Apoio familiar/participação	2	2,4
Indisciplina	8	9,6
Desestrutura familiar	4	4,8
Desestrutura familiar/reforço	1	1,2
Metodologias ativas	1	1,2
Apoio familiar/desinteresse dos alunos/materiais didáticos	1	1,2
Total	83	100

Fonte: Elaborado pelos autores.

A segunda perspectiva analisada retrata os fatores, a partir da percepção dos docentes, que resultariam em melhorias para o desempenho dos alunos. Nota-se novamente um destaque para a participação e apoio familiar no que tange o acompanhamento das atividades e vida educacional do aluno. Entretanto, é interessante ressaltar os momentos em que os professores assumem sua responsabilidade nessa formação. Nesse sentido, 12% dos docentes entrevistados consideram que a necessidade de projetos envolvendo a

aprendizagem e metodologias ativas de ensino, 6% atividades de reforço e 4,8% destacam a realização de projetos culturais.

Outrossim, o docente ressalta algumas condições do âmbito pessoal/profissional que interferem (e que sendo contempladas) na melhoria do desempenho de seus alunos: o reconhecimento e valorização profissional, a aplicação de mais recursos financeiros na educação e a influência política, considerando o fato de o aluno (nesse sentido, aplicado aos seus pais) serem tratados como eleitores. O quadro 2 retrata algumas dessas exposições:

Quadro 2: Fatores que melhorariam o desempenho dos alunos.

Tipo de escola	Frequência	Percentual (%)
Urbana		
Participação familiar	11	13,3
Capacitação profissional	1	1,2
Totalmente satisfeito (a)	1	1,2
Sem especificação	7	8,4
Projetos culturais	4	4,8
Apoio de gestão municipal	1	1,2
Reforço	5	6,0
Valorização profissional	2	2,4
Projetos envolvendo...	10	12,0
Metodologias	2	2,4
Conscientização dos pais	1	1,2
Influência política	1	1,2
União profissional	1	1,2
Profissionais especializados	1	1,2
Apoio da família	1	1,2
Respeito às diferenças	1	1,2
Aluno como educando e não como voto	2	2,4
Apoio familiar	1	1,2
Tempo integral/menos alunos em sala	1	1,2
Auxílio no planejamento docente	1	1,2
Apoio social à família	1	1,2
Capacitação profissional/participação	1	1,2
Menos burocracia	1	1,2
Total	58	100

Fonte: Elaborado pelos autores.

Ao investigar o conhecimento e utilização das metodologias ativas de aprendizagem por parte dos professores (terceira perspectiva de análise), constata-se que mais da metade dos professores (56,6%) conhecem e utilizam essas metodologias em suas aulas. Entretanto, considerando o Quadro 3, somando-se os respondentes que não conhecem ou que conhecem pouco e aqueles que conhecem, mas não aplicam, tem-se um percentual de 43,4% que não fazem uso dessas metodologias.

Quadro 3: Aplicação e utilização de Metodologias Ativas de Aprendizagem

Tipo de escola	Frequência	Percentual (%)
Urbana		
Não conheço	7	8,4
Conheço muito pouco	14	16,9
Conheço, mas não aplico	15	18,1
Conheço e aplico em sala de aula	47	56,6
Total	83	100

Fonte: Elaborado pelos autores.

A utilização de metodologias ativas de aprendizagem consiste em um caminho para tornar as aulas mais participativas e interessantes para os alunos, usando, por exemplo, as tecnologias digitais a fim de instigar a pesquisa sobre os diversos conteúdos das disciplinas.

Ao final, foi solicitado que os professores indicassem ideias para melhoria das notas no IDEB. As ideias mais apontadas em todas as escolas foram: i) incentivar a participação familiar; ii) maior apoio da gestão pública municipal; iii) realização de mais capacitações; iv) valorização dos professores.

Não menos importante, a quarta perspectiva analisada considera a percepção do discente quanto à sua motivação de frequentar a escola. Quando questionados sobre essa motivação, 64,5% argumentam que frequentam a escola visando uma boa colocação profissional. O segundo motivo mais assinalado é o gosto pelo estudo, indicado por 30,6% dos alunos pesquisados. Cabe salientar que apenas 1,6% desses alunos vão à escola porque os pais os obrigam e 3,4% vão somente para se encontrar com seus amigos. Dessa forma, foi possível verificar que a maioria desses alunos estuda visando uma carreira profissional, o que leva a escola a buscar formas de viabilizar e contribuir para que o aluno consiga atingir esse objetivo (Quadro 4).

Quadro 4: Motivação para frequentar a escola.

Motivação	Frequência	Percentual (%)
Porque meus pais me obrigam	12	1,6
Porque posso encontrar com meus amigos	26	3,4
Porque quero ter um bom trabalho	498	64,5
Porque gosto de estudar	236	30,6
Total	772	100

Fonte: Elaborado pelos autores.

Quando questionados sobre as mudanças necessárias para a melhoria da escola, a maioria dos alunos citou a infraestrutura, como quadras e espaços de convivência, e também o uso mais efetivo das salas de informática durante as aulas. Chamou a atenção o fato de que quase todas as escolas possuem salas de informática, porém o uso é muito reduzido. Tal fato pode ser explicado pela ausência de capacitação dos professores no uso dessa sala para ministrarem as suas aulas.

No que tange à questão das disciplinas estudadas, em grande parte das escolas a maioria dos alunos apontaram que gostam de todas as matérias, sem distinção. Quando perguntados sobre quais gostam e quais não gostam destacou-se a Matemática em ambas as classificações, um resultado interessante que indica a necessidade de uma pesquisa futura mais aprofundada para descobrir os motivos dessa dualidade em relação à Matemática.

De uma forma geral, foi possível notar que o desinteresse é a causa principal do aluno não gostar de uma matéria, o que demonstra uma necessidade de capacitar os professores para desenvolver a sua disciplina de uma forma que gere interesse do aluno. Quando perguntados sobre o que precisaria ser feito para que passassem a gostar das matérias que eles apontaram como “não gosto” o fato mais indicado foi: a metodologia ou a forma de conduzir a aula. Assim, tornou-se evidente a necessidade dos professores serem capacitados em metodologias ativas e diferenciadas de ensino-aprendizagem para que os alunos passem a gostar dessas disciplinas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio desta análise e da possibilidade de acesso às realidades dos alunos, seus contextos sociais, suas aspirações e desejos, foi possível concluir que, na opinião dos professores, o fator que mais tem prejudicado o desempenho do discente é a falta de participação da família em sua vida acadêmica. Como apontado no início do estudo, os demais fatores citados como hipóteses de influencia na baixa do IDEB, também compõe a afirmativa sobre essas causas. Tanto o interesse e/ou desinteresse dos alunos, como o aproveitamento do tempo de aula e aprendizado, são fatores que se mostram influentes sobre o rendimento escolar dos alunos.

Neste momento é oportuno lembrar que o estudo analisa os principais fatores que podem ter influenciado na queda dos últimos resultados do IDEB e busca causas, por parte dos alunos, para essa baixa. Nesse sentido, ficou claro que desinteresse é a causa principal do aluno não gostar de uma determinada disciplina, atrapalhando assim sua aprendizagem. E para mudar essa realidade torna-se necessária a melhoria na condução das aulas pelos professores. O fato da maioria dos alunos buscarem na escola uma forma de conseguir no futuro uma boa ocupação profissional é um bom sinal para gerar esse interesse nos estudos por parte deles.

Na era digital que atualmente se vivencia, todo professor reconhece a necessidade de trazer a tecnologia para a sala de aula e adaptar a sala à tecnologia, não só adaptando ferramentas, mas buscando conhecê-las e transmiti-las aos alunos, aumentando suas possibilidades de aprendizagem, trabalho e interesse.

Para que o processo de ensino/aprendizagem aconteça de forma singular, é necessário, que juntamente com a escola, a família se adentre nas particularidades dos alunos. É importante que o trabalho seja feito de acordo com o contexto social de cada um, despertando o desejo e o interesse pelo aprendizado.

Este estudo requer um maior aprofundamento, podendo buscar nas classes sociais e na economia da cidade, outros fatores de influência.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. Atividade Legislativa. Art. 211, Texto compilado até a Emenda Constitucional nº 64 de 04/02/2010. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/atividade/const/con1988/con1988_04.02.2010/art_211_.asp>. Acesso em: 11 nov. 2017.

BRASIL, Ministério da Educação. **Como é feita a divisão dos recursos distribuídos pelo Fundeb?** 2016. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/pet/128-perguntas-frequentes-911936531/fundeb-1960787641/146-como-e-feita-a-divisao-dos-recursos-distribuidos-pelo-fundeb>>. Acesso em: 11 nov. 2017.

CÓRIA-SABINI, M. A. **Psicologia do desenvolvimento**. São Paulo: Ática 1998.

CURY, C. R. J. A educação básica no Brasil. **Educação e Sociedade**, v. 23, n. 80, p. 168-200, 2002.

DESSEN, M. A.; POLONIA, A. C. A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano. **Paidéia**, v. 17, n. 36, 2007.

FERNANDES, R. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB): metas intermediárias para a sua trajetória no Brasil, estados, municípios e escolas**. Brasília: INEP, 2009. Disponível em:

<http://download.inep.gov.br/educacao_basica/portal_ideb/o_que_sao_as_metas/Artigo_projecoes.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2019.

GOMES, U. D.; VASQUES, L. V.; SILVA, S. W. O contexto da educação a distância no Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal. **EaD & Tecnologias Digitais na Educação**, v. 5, n. 7, p. 53-63, 2017.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE-Cidades**. 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/eloi-mendes/panorama> Acesso em 11 dez. 2017.

INOVEDUC, Folha dirigida. **O que são metodologias ativas de ensino?** 2017. Disponível em: <http://inoveduc.com.br/o-que-e/o-que-sao-metodologias-ativas/>>. Acesso em: 12 dez. 2017.

LEÃO, D. M. M. Paradigmas contemporâneos de educação: escola tradicional e escola construtivista. **Cadernos de pesquisa**, v. 107, p. 187-206, 1999.

LÓPEZ, I. S. **Educação na família e na escola: o que é, como se faz?** 2.ed. São Paulo: Editora Loyola, 2009.

MORAN, J. M. **A educação que desejamos novos desafios e como chegar lá**. Campinas: Papirus, 2007.

NÓVOA, A. Educação 2021: para uma história do futuro. In: CATANI, D. B.; GATTI JÚNIOR, D. (Org.). **O que a escola faz?** Elementos para a compreensão da vida escolar. Uberlândia: Edufu, 2015. p. 51-69.

OLIVEIRA, C.; GANZELI, P. Relações intergovernamentais na educação: fundos, convênios, consórcios públicos e arranjos de desenvolvimento da educação. **Educ. Soc.**, v. 34, n. 125, Campinas-SP. p. 1031-1047, Out./Dez. 2013.

PANTELIADES, D. **Por que a escola deve se aproximar dos interesses dos alunos?** Belo Horizonte, 2015. Disponível em: <<http://appprova.com.br/por-que-a-escola-deve-se-aproximar-dos-interesses-dos-alunos/>>. Acesso em: 29 nov. 2017.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SAMPAIO, S. **A importância da parceria família-escola no processo de ensino aprendizagem**. Revista Brasileira de Educação e Saúde, v. 5, n. 2, p. 39-45, abr.-jun. 2015. Acesso em: 27 fev. 2018.

VERGARA, S. C. **Projeto e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas Editora, 2003.

VILLANI, M.; OLIVEIRA, D. A. Avaliação Nacional e Internacional no Brasil: os vínculos entre o PISA e o IDEB. **Educ. Real**, vol. 43, nº 4, Porto Alegre, Oct./Dec. 2018, p. 1343-1362.